Notícias do dia 23 de agosto

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
"Acredito", diz Sindifisco sobre mudanças na reforma tributária . . . 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento distribui 28 matérias e delibera sobre seis nesta quarta-feira, 23 . . . 4

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Exército vai duplicar GO entre Morrinhos e Caldas Novas . . . 5

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
"Acredito", diz presidente do Sindifisco sobre mudanças na reforma tributária . . . 7

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Conass promove atualização de técnicos do TCE na temática da saúde . . . 8

"Acredito", diz Sindifisco sobre mudanças na reforma tributária

O debate sobre a reforma tributária voltou com força após o recesso parlamentar.

O texto, que vai ser analisado pelo Senado Federal, sob a relatoria do senador Eduardo Braga. Depois da correria para a aprovação do texto, em dois turnos em apenas uma noite, o Senado deve esticar mais o tempo de análise. É a expectativa de quem é crítico ao texto, que tem pontos ainda soltos ou com alguns fragmentos de incertezas.

Presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de **Goiás** (Sindifisco), Paulo Sérgio explica que a Reforma Tributária é necessária, mas da forma como está, além de tornar os Estados e municípios reféns da distribuição de recurso por parte de uma espécie de agência nacional, não entra em pontos que realmente fariam a diferença na vida da população mais vulnerável do País, mantendo um sistema em que quem paga mais é quem ganha menos. "O problema da PEC está naquilo que ela não diz, ela não traz claramente o que vai acontecer no dia seguinte", versa ele.

Paulo Sérgio tem buscado contato com senadores e, à reportagem do jornal O Hoje, disse que deve conseguir se encontrar com os parlamentares na semana que vem. A oportunidade vai ser o Fórum Internacional Tributário em Brasília. Na quinta-feira-feira vai ter um encontro no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) para discutir como vai ser a atuação dos auditores após a terminantemente aprovação do texto pelo Congresso Nacional. "Vai ser a oportunidade de discutir a atuação da nossa categoria".

"Nosso objetivo é a rediscussão de determinação de lei complementar e funcionamento do pacto federativo. O modelo previsto da reforma privilegia os estados do Sul e do Sudeste", lembra Paulo Sérgio.

"O texto dá poder para três estados vetarem outros estados menores", alerta ele.

Para ele, isso em **Goiás** trará prejuízos. "**Goiás** não consegue reunir 60% para aprovação de demandas do estado que podem ser prejudiciais a estados como São Paulo, Rio e Minas, o Sudeste. Apenas esses três têm população suficiente para inviabilizar decisões no Conselho Federativo". Paulo explica que a simplificação não pode restringir a atuação do ente federado garantido na Constituição da República, mas a pretexto de simplificarem o sistema, estão violando o pacto federativo, surrupiando a autonomia de Estados e municípios, cujas políticas tributárias devem ser definidas da maneira que melhor atendam às suas populações.

De acordo com o líder sindical do Fisco estadual, a perda da autonomia redunda em enfraquecimento das administrações tributárias subnacionais, além de representar a permanência do sistema regressivo, onde quem paga mais é quem ganha menos: "A pretexto de simplificarem o sistema, estão violando o pacto federativo, surrupiando a autonomia de Estados e municípios, cujas políticas tributárias devem ser definidas da maneira que melhor atendam às suas populações. A simplificação não pode restringir a atuação do ente federado garantido na Constituição da República", enfatiza Carmo. O advogado tributarista Danilo Orsida lembra que, embora o rito burocrático e político pelo qual a reforma passa não é o fim das discussões.

"Isto significa que o texto aprovado não é o que vai entrar em vigência, Ainda depende do trâmite no Senado e deve voltar à Câmara dos Deputados", começa.

"Estamos falando de uma PEC e ela não cria tributos.

Aprovado o texto faz-se necessário a aprovação de leis complementares.

Aprovada PEC, ainda se fará necessário a complementação de leis complementares e ordinárias", destaca o advogado. O advogado reconhece que, por advogar para contribuintes, têm olhar enviesado, mas que, recolhendo em guia única, terá menos despesas.

"É um avanço. Hoje o sistema tem quatro, cinco, seis, de modo que o custo para se manter a regularidade é muito maior." (Especial para O Hoje

Paulo Sérgio explica que, da forma como está, a reforma não faria diferença para os mais vulneráveis

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no3389/

Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento distribui 28 matérias e delibera sobre seis nesta quarta-feira, 23

INEXISTENTE

Reunida na tarde desta quarta-feira, 23, na sala de comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (**Alego**), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento distribuiu 28 processos e deliberou a respeito de outros seis.

O colegiado é presidido pelo economista e deputado Renato de Castro (UB).

Dos 28 projetos distribuídos, 27 são provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e um provém do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** - protocolado na **Alego** com o n 1659/23 , traz a prestação de contas anual, referente ao exercício 2021, da própria Assembleia.

Dos seis processos votados, dois que haviam recebido parecer do relator pela diligência foram aprovados - os de n 10341/22 e 10342/22 . Trata-se de relatórios da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (Comag) sobre contratos da SES.

Com teor semelhante, os processos n 10526/22 e 10680/22 também foram votados. Esse teve aprovado o parecer pelo arquivamento, e aquele recebeu pedido de vista do deputado Antônio Gomide (PT) - tal pedido possibilita aos parlamentares suspenderem o processo de apreciação da proposição, no âmbito das comissões para análise mais detalhada do conteúdo.

Esteve em votação também o projeto nº 3697/20 , de Talles Barreto (UB), que dispõe sobre a isenção do ICMS da conta de energia para contribuintes que utilizarem geradores de energia solar em Goiás. Houve, nesse caso, pedido de vista da parte dos deputados Lincoln Tejota (UB), Antônio Gomide (PT) e Coronel Adailton (Solidariedade).

Foi votado, por fim, o projeto nº 10037/22 , ao qual foram apensados os projetos números 10172/22 e 10204/22 . O parecer era pela diligência junto à Secretaria de Estado da Economia, mas houve pedido de vista de Coronel Adailton. A matéria visa isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) veículos novos adquiridos por autistas ou pessoas com deficiência física, visual ou mental. Os automóveis com essa isenção seriam aqueles de até R$ 200,000,00.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/136092/comissao-de-tributacao-financas-e-orcamento-distribui-28-materias-e-delibera-sobre-seis-nesta-quarta-feira-23

Exército vai duplicar GO entre Morrinhos e Caldas Novas

Trecho da GO-213 entre Caldas e Morrinhos: via teve serviço iniciado em 2014, mas houve abandono de empresa (Wildes Barbosa)

A GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos, será duplicada pelo Exército Brasileiro. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** assinou, nesta quarta-feira (23), o convênio para dar início às **obras** em 48 quilômetros da **rodovia**. O investimento será de R$ 250 milhões, com previsão de entrega para o fim de 2025. A duplicação da via se estende desde 2014, quando começou a ser feita.

O repasse financeiro será feito pelo governo estadual e o Exército ficará responsável pela execução das **obras**, além de ofertar os equipamentos próprios. É o que explica o presidente da Goinfra, Lucas Vissotto. Conforme ele, ao menos 40 militares já estão no local fazendo os levantamentos iniciais. Até o final do ano, a previsão é que seja instalado o canteiro de **obras** e o alojamento dos soldados. Já o uso do maquinário deve ter início em fevereiro de 2024.

A solicitação para o convênio foi feita pelo governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, junto ao comandante do Exército, general Tomás Paiva, em fevereiro deste ano, durante reunião em Brasília. Na ocasião, o chefe do Executivo entregou a proposta de duplicação. Após ser acatada a parceria, o projeto de engenharia da obra foi revisado pela Goinfra e pelo Exército.

Conforme Vissotto, a parceria foi possível diante da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, criada pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e promulgada em dezembro, que retirou do teto de gastos da União a despesa com **obras** e serviços de engenharia que seriam custeados com recursos dos estados e municípios, e executados pelo Departamento de Engenharia do Exército Brasileiro.

"Somos o primeiro estado do Brasil que faz convênio com o Exército a partir da liberação do início do ano", pontua. O presidente da Goinfra acrescenta que o Exército ficou ao menos sete anos atuando apenas em **obras** federais diante do período de limitação de recursos, o que faria a obra em **Goiás** ser a retomada do serviço nos estados.

No primeiro momento, explica, os militares do 2º Batalhão Ferroviário de Araguari, em Minas Gerais, farão o alojamento e canteiro de **obras** para que sejam instalados no local. Após o período inicial, que envolve ainda o levantamento de campo, atualização de projeto e demais serviços, deve ter início a terraplanagem logo no começo de 2024, após o período chuvoso. "(A obra) vai ter volume a partir do ano que vem. A previsão é que pegue ritmo a partir de fevereiro", pontua.

O benefício, de acordo com o titular da Goinfra, seria que a obra ficaria mais barata, visto que a contrapartida do estado seria os repasses financeiros, junto com a mão de obra dos soldados do Exército. Para os militares, o ponto positivo seria a preparação da tropa. "Nada melhor que obra para fazer adestramento (dos militares)", diz.

Ao todo, serão envolvidos 400 soldados do Exército durante o período de intervenção. Com o avanço das **obras**, haverá duas frentes de serviço, sendo uma partindo de Morrinhos e a outra de Caldas Novas. Para Vissotto, a parceria com o Exército vai ser expandida também para outras localidades. "Que o Exército venha par ficar em **Goiás**. A expectativa é que a gente fortaleça a relação e que eles possam continuar atuando no estado", acrescenta.

O presidente da Goinfra afirma que a obra é prioridade para o Governo de **Goiás**. "(Vamos) solucionar o problema. É uma obra com vários contratos e que se arrasta por dez anos", conclui. Para ele, a obra irá potencializar Caldas Novas como destino turístico no estado. "Vai ter mais segurança, menos acidentes."

O posicionamento também foi reforçado pelo governador Ronaldo Caiado (UB) durante a cerimônia de assinatura do convênio, realizada na tarde desta quarta-feira, no Quartel General do Exército Forte Caxias, em Brasília. "(A duplicação) tinha sido prometida havia vários anos. Vamos fazer chegar pista dupla até Caldas Novas. Vai transformar aquilo que é o maior polo turístico de **Goiás** com muita segurança para todos que queiram passar o final de semana ou aqueles que ali vivem. **Goiás** foi o primeiro estado a aparecer para pedir contribuição por parte do Exército. Sabemos a qualidade e o padrão da obra feito pelo Exército e, com isso, nos dando a garantia de que concluiremos (a obra) que já passaram por várias empresas e nunca teve conclusão", disse.

Histórico

A obra foi anunciada no final de 2013, com início dos serviços em março de 2014, e previsão para ser entregue em dezembro de 2015. A intervenção era executada pela Emsa Engenharia, em contrato com a antiga Agência Goiana de **Obras** (Agetop).

À época, a ampliação da via avançou em partes e, em outubro daquele ano, a Prefeitura de Morrinhos divulgou que 26% estavam concluídos, com trecho em **obras** no entroncamento da GO-213 com a BR-153, e avançando para depois de Morrinhos, em direção a Caldas Novas. Em 2016, foi novamente retomada, com previsão para duplicação de um trecho de 20 quilômetros, e para ser finalizada em 2017. Parada, a intervenção voltou em fevereiro de 2018.

O POPULAR mostrou em setembro de 2022 que o contrato com a empresa responsável pela obra de duplicação da **rodovia** foi rescindido em 2021. A medida foi tomada após auditoria do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), iniciada em 2016, demonstrar suspeita de irregularidades e prejuízos.

Na reportagem daquele ano, o **TCE**-GO explicou que a primeira empresa contratada abandonou as **obras**. Após a desistência, a antiga Agetop teria contratado outra empresa sem licitação. A situação foi considerada ilegal pelo tribunal, além de identificar suspeita de sobrepreço no orçamento original, e também problemas estruturais nas partes executadas.

()

Site: https://opopular.com.br/cidades/exercito-vai-duplicar-go-entre-morrinhos-e-caldas-novas-1.3059792

"Acredito", diz presidente do Sindifisco sobre mudanças na reforma tributária

O debate sobre a reforma tributária voltou com força após o recesso parlamentar. O texto, que vai ser analisado pelo Senado Federal, sob a relatoria do senador Eduardo Braga. Depois da correria para a aprovação do texto, em dois turnos em apenas uma noite, o Senado deve esticar mais o tempo de análise. É a expectativa de quem é crítico ao texto, que tem pontos ainda soltos ou com alguns fragmentos de incertezas.

Presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de **Goiás** (Sindifisco), Paulo Sérgio explica que a Reforma Tributária é necessária, mas da forma como está sendo proposta, além de tornar os estados e municípios reféns da distribuição de recurso por parte de uma espécie de agência nacional, não entra em pontos que realmente fariam a diferença na vida da população mais vulnerável do país, mantendo um sistema em que quem paga mais é quem ganha menos. "O problema da PEC está naquilo que ela não diz, ela não traz claramente o que vai acontecer no dia seguinte", versa ele.

Paulo Sérgio tem buscado contato com senadores e, à reportagem do jornal O Hoje, disse que deve conseguir se encontrar com os parlamentares na semana que vem. A oportunidade vai ser o Fórum Internacional Tributário em Brasília.

Na quinta-feira-feira vai ter um encontro no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) para discutir como vai ser a atuação dos auditores após a terminantemente aprovação do texto pelo Congresso Nacional. "Vai ser a oportunidade de discutir a atuação da nossa categoria".

"Nosso objetivo é a rediscussão de determinação de lei complementar e funcionamento do pacto federativo. O modelo previsto da reforma privilegia os estados do Sul e do Sudeste", lembra Paulo Sérgio. "O texto dá poder para três estados vetarem outros estados menores", alerta ele. Para ele, isso em **Goiás** trará prejuízos. "**Goiás** não consegue reunir 60% para aprovação de demandas do estado que podem ser prejudiciais a estados como São Paulo, Rio e Minas, o Sudeste. Apenas esses três têm população suficiente para inviabilizar decisões no Conselho Federativo".

Paulo explica que a simplificação não pode restringir a atuação do ente federado garantido na Constituição da República, mas a pretexto de simplificarem o sistema, estão violando o pacto federativo, surrupiando a autonomia de Estados e municípios, cujas políticas tributárias devem ser definidas da maneira que melhor atendam às suas populações.

De acordo com o líder sindical do Fisco estadual, a perda da autonomia redunda em enfraquecimento das administrações tributárias subnacionais, além de representar a permanência do sistema regressivo, onde quem paga mais é quem ganha menos: "A pretexto de simplificarem o sistema, estão violando o pacto federativo, surrupiando a autonomia de Estados e municípios, cujas políticas tributárias devem ser definidas da maneira que melhor atendam às suas populações. A simplificação não pode restringir a atuação do ente federado garantido na Constituição da República", enfatiza Carmo.

O advogado tributarista Danilo Orsida lembra que, embora o rito burocrático e político pelo qual a reforma passa não é o fim das discussões. "Isto significa que o texto aprovado não é o que vai entrar em vigência, Ainda depende do trâmite no Senado e deve voltar à Câmara dos Deputados", começa ele.

"Estamos falando de uma PEC e ela não cria tributos. Aprovado o texto faz-se necessário a aprovação de leis complementares. Aprovada PEC, ainda se fará necessário a complementação de leis complementares e ordinárias", destaca o advogado.

O advogado reconhece que, por advogar para contribuintes, têm um olhar enviesado, mas entende que, recolhendo em guia única, terá menos despesas. "É um avanço. Hoje o sistema tem quatro, cinco, seis, de modo que o custo para se manter a regularidade é muito maior".

Site:
https://ohoje.com/noticia/politica/n/1528903/t/acredito-diz-presidente-do-sindifisco-sobre-mudancas-na-reforma-tributaria/

Conass promove atualização de técnicos do TCE na temática da saúde

O secretário de Estado da Saúde de **Goiás**, Sérgio Vencio, participa da capacitação promovida pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), nesta quinta-feira (24/08), no auditório do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). O evento, com início às 8h30, vai reunir demais profissionais de saúde, autoridades do Estado e do Sistema Único de Saúde (SUS), técnicos do **TCE**-GO e representantes do Conass.

Sérgio Vencio avalia que o evento é importante para fazer o alinhamento entre a SES-GO e o **TCE**-GO. "O tribunal tem uma ação pedagógica no sentido de contribuir com a gestão, para que tudo seja feito corretamente, observando todos os princípios normativos do SUS", explica o secretário.

O coordenador técnico do Conass, Fernando Passos Cupertino de Barros, destaca que o evento visa atualizar os técnicos de modo a aprimorarem, ainda mais, a capacidade das equipes do tribunal na verificação das contas no cumprimento das metas e na adequação às normas que regem as diferentes áreas do SUS.

Serão apresentados e debatidos no vento temas como a reforma sanitária e a legislação estruturante, financiamento, planejamento, redes e regionalização no SUS. Também serão promovidas reflexões sobre a atenção primária e a vigilância em saúde e média e alta complexidade no SUS e a competências das Secretarias Estaduais de Saúde.

Para Fernando Cupertino, a atualização impacta na gestão da SES-GO. "Na medida em que os técnicos passam a ter um domínio maior dos temas, a relação de fiscalização, de verificação com as secretarias torna-se mais efetiva", assinala.

O coordenador técnico do Conass ainda destaca que a atualização amplia a capacidade do diálogo, tendo em vista que os técnicos passam a falar a mesma linguagem, abordam os mesmos pontos de referência e os mesmos paradigmas.

Maria José Silva/Comunicação Setorial

Site: https://www.saude.go.gov.br/noticias/19175-conass-promove-atualizacao-de-tecnicos-do-tce-na-tematica-da-saude